

FERNANDO CAPEZ

Procurador de Justiça licenciado e Deputado Estadual.
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia
Legislativa do Estado de São Paulo (2007-2010). Presidente
da Assembleia Legislativa de São Paulo (2015-2017) e Presidente
do Colégio de Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil
(2015-2017). Mestre pela USP e Doutor pela PUC-SP. Professor
da Escola Superior do Ministério Público e de Cursos Preparatórios
para Carreiras Jurídicas. Autor de obras jurídicas.

CURSO DE PROCESSO PENAL

26ª edição
2019

saraiva  *jur*

ÍNDICE

<i>Sobre o Autor</i>	7
<i>Abreviaturas</i>	9
<i>Prefácio</i>	41
1. Introdução.....	45
1.1. Conceito de processo penal.....	45
1.2. O processo penal e o direito de punir	45
1.3. Conteúdo do processo penal.....	47
Questões	48
2. Jurisdição	49
2.1. Interesse, pretensão, conflitos de interesse e litígio.....	49
2.2. Autotutela.....	50
2.3. Autocomposição.....	51
2.4. A intervenção de terceiro, a mediação e o processo	51
2.5. Características da jurisdição	53
2.5.1. Substitutividade	53
2.5.2. Escopo de atuação do direito.....	53
2.5.3. Inércia	54
2.5.4. Imutabilidade (ou definitividade)	54
2.5.5. Lide.....	54
2.6. Princípios próprios da jurisdição.....	55
2.6.1. Investidura	55
2.6.2. Indelegabilidade.....	55
2.6.3. Inevitabilidade	55
2.6.4. Inafastabilidade (ou princípio do controle jurisdic- cional).....	55
2.6.5. Juiz natural.....	55
2.7. Finalidades da jurisdição	56
2.8. Espécies de jurisdição	56

2.9. Jurisdição necessária.....	57
Questões.....	57
3. Processo.....	58
3.1. Processo, procedimento e relação jurídica processual	58
3.2. Elementos identificadores da relação processual	59
3.2.1. Sujeitos processuais.....	60
3.2.2. Objeto da relação processual	60
3.2.3. Pressupostos processuais.....	60
3.3. Formas do procedimento	61
3.4. Princípios gerais informadores do processo.....	64
3.4.1. Imparcialidade do juiz.....	64
3.4.2. Igualdade processual.....	64
3.4.3. Contraditório	64
3.4.4. Ampla defesa	66
3.4.5. Da ação ou demanda	66
3.4.6. Da disponibilidade e da indisponibilidade	67
3.4.7. Oficialidade.....	68
3.4.8. Oficiosidade	68
3.4.9. Da verdade formal ou dispositivo.....	68
3.4.10. Da verdade material ou da livre investigação das provas	68
3.4.11. Do impulso oficial	69
3.4.12. Da persuasão racional do juiz.....	69
3.4.13. Da motivação das decisões judiciais.....	69
3.4.14. Publicidade.....	70
3.4.15. Lealdade processual	71
3.4.16. Economia processual	71
3.4.17. Celeridade processual	71
3.4.18. Duplo grau de jurisdição.....	73
3.4.19. Juiz natural.....	73
3.4.20. Promotor natural	74
3.5. Pretensão punitiva.....	74
3.6. Princípios informadores do processo penal	75
3.6.1. Verdade real	75
3.6.2. Legalidade	77
3.6.3. Oficialidade.....	78
3.6.4. Oficiosidade	78
3.6.5. Autoritariedade	78
3.6.6. Indisponibilidade.....	78

3.6.7. Publicidade.....	79
3.6.8. Contraditório	79
3.6.9. Iniciativa das partes (<i>ne procedat iudex ex officio</i>)	80
3.6.10. <i>Ne eat iudex ultra petita partium</i>	81
3.6.11. Identidade física do juiz.....	81
3.6.12. Devido processo legal	82
3.6.13. Inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos	82
3.6.14. Estado de inocência	83
3.6.15. <i>Favor rei</i>	84
3.6.16. Brevidade processual.....	84
3.6.17. Promotor natural	84
3.7. Tipos de processo penal.....	85
3.7.1. Acusatório	85
3.7.2. Inquisitivo	85
3.7.3. Misto	85
Jurisprudência	86
Questões	88
 4. Eficácia da lei processual penal no tempo	 89
Jurisprudência	93
Questões	93
 5. Eficácia da lei processual penal no espaço.....	 94
Questões	95
 6. Imunidades	 96
6.1. Imunidades diplomáticas	96
6.2. Imunidades parlamentares	96
6.3. Imunidade material	97
6.4. Imunidade processual	99
6.5. Imunidade prisional	100
6.6. Do foro especial por prerrogativa de função.....	100
6.7. Prerrogativa de foro de outras autoridades	102
6.8. Imunidade para servir como testemunha	103
6.9. Imunidades parlamentares e estado de sítio	103
6.10. Vigência e retroatividade da EC n. 35/2001.....	103
6.11. Imunidade penal temporária do presidente da República....	103
Jurisprudência	104
Questões	105

7. Interpretação da lei processual penal	106
7.1. Conceito	106
7.2. Espécies	106
7.3. Interpretação da norma processual	107
7.4. Formas de procedimento interpretativo	107
Questões	107
8. Analogia	108
8.1. Conceito	108
8.2. Fundamento	108
8.3. Natureza jurídica	108
8.4. Distinção	108
8.5. Espécies	109
8.6. Norma processual	109
Jurisprudência	109
Questões	110
9. Fontes do direito processual penal	111
9.1. Conceito	111
9.2. Espécies	111
9.3. Fonte de produção	111
9.4. Fonte formal	111
9.5. Costume	112
9.6. Princípios gerais do direito	112
9.7. Lei processual	112
Questões	112
10. Inquérito policial	113
10.1. Conceito	113
10.2. Polícia judiciária	113
10.3. Competência e atribuição	114
Jurisprudência	116
10.4. Finalidade	117
10.5. Inquéritos extrapoliciais	117
Jurisprudência	118
10.6. Características	119
10.6.1. Procedimento escrito	119

10.6.2. Sigiloso	119
10.6.3. Oficialidade	120
10.6.4. Oficiosidade	120
10.6.5. Autoritariedade	121
10.6.6. Indisponibilidade	121
10.6.7. Inquisitivo	121
Jurisprudência	121
10.7. Valor probatório	122
Jurisprudência	122
10.8. Vícios	124
Jurisprudência	124
10.9. Juizados especiais (Lei n. 9.099/95)	124
10.10. Dispensabilidade	125
Jurisprudência	125
10.11. Incomunicabilidade	126
10.12. Notitia criminis	126
10.13. Início do inquérito policial	127
10.13.1. Crime de ação penal pública incondicionada (CPP, art. 5º, I e II, §§ 1º, 2º e 3º)	127
10.13.2. Crime de ação penal pública condicionada (CPP, art. 5º, § 4º)	129
10.13.3. Crime de ação penal privada (CPP, art. 5º, § 5º) ...	130
10.14. Peças inaugurais do inquérito policial	131
Jurisprudência	131
10.15. Providências	134
10.16. Indiciamento	139
Jurisprudência	143
10.17. Encerramento	146
10.18. Prazo	147
10.19. Prazos especiais	149
10.20. Contagem do prazo	150
Jurisprudência	150
10.21. Arquivamento	151
10.22. Investigações criminais presididas diretamente pelo repre- sentante do Ministério Público	153
Jurisprudência	157
10.23. Investigação do crime de tráfico de pessoas	162
Questões	165
11. Ação penal	166
11.1. Conceito	166

11.2. Características.....	166
11.3. Espécies de ação penal no direito brasileiro.....	166
11.4. As condições da ação penal	168
11.4.1. Possibilidade jurídica do pedido.....	168
11.4.2. Interesse de agir	169
11.4.3. Legitimação para agir	169
11.5. Ação penal pública incondicionada: titularidade e princípios	170
11.5.1. Titularidade	170
11.5.2. Princípio da obrigatoriedade	171
11.5.3. Princípio da indisponibilidade	172
11.5.4. Princípio da oficialidade.....	172
11.5.5. Princípio da autoritariedade	173
11.5.6. Princípio da oficiosidade	173
11.5.7. Princípio da indivisibilidade	173
11.5.8. Princípio da intranscendência.....	174
11.5.9. Princípio da suficiência da ação penal	174
11.6. Ação penal pública condicionada	175
11.6.1. Conceito.....	175
11.6.2. Ação penal pública condicionada à representação....	175
11.6.3. Crimes cuja ação depende de representação da vítima ou de seu representante legal.....	176
11.6.4. Natureza jurídica da representação	176
11.6.5. Titular do direito de representação.....	177
11.6.6. Prazo.....	178
11.6.7. Forma	180
11.6.8. Destinatário	181
11.6.9. Irretratabilidade	182
11.6.10. Não vinculação.....	183
11.6.11. Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça	183
11.6.12. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	184
11.6.12.1. Regra: a ação será pública condicionada à representação do ofendido, incluído o estupro cometido com violência real ..	184
11.6.12.2. Superação da Súmula 608 do STF	184
11.6.12.3. Casos excepcionais de ação penal pública incondicionada.....	185
11.6.13. Ação penal nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher – Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006	186
Jurisprudência	187

11.7. Ação penal privada: conceito, fundamento e princípios.....	188
11.7.1. Conceito.....	188
11.7.2. Fundamento.....	188
11.7.3. Titular.....	189
11.7.4. Princípio da oportunidade ou conveniência.....	190
11.7.5. Princípio da disponibilidade	190
11.7.6. Princípio da indivisibilidade	190
11.7.7. Princípio da intranscendência.....	191
11.8. Ação penal privada: espécies	191
11.8.1. Exclusivamente privada, ou propriamente dita	191
11.8.2. Ação privada personalíssima	191
11.8.3. Subsidiária da pública	192
11.8.4. Ação penal secundária.....	193
11.9. Crimes de ação penal privada no Código Penal	193
11.10. Prazo da ação penal privada	194
11.11. Distinção entre prazo penal e prazo processual.....	196
Jurisprudência	197
11.12. Taxa judiciária na ação penal privada.....	198
Questões.....	198
 12. Denúncia e queixa	 199
12.1. Conceito	199
12.2. Requisitos: art. 41 do Código de Processo Penal.....	199
Jurisprudência	204
12.3. Omissões.....	207
12.4. Prazo para a denúncia (CPP, art. 46)	208
12.5. Prazo para a queixa (CPP, art. 38).....	208
12.6. Aditamento da queixa.....	208
12.7. Rejeição da denúncia ou queixa: art. 395 do CPP	209
12.7.1. Inépcia da denúncia ou queixa	210
12.7.2. Ausência de pressuposto processual	210
12.7.3. Ausência de condição para o exercício da ação penal	210
12.7.4. Ausência de justa causa para o exercício da ação penal	212
12.8. Fundamentação no recebimento	212
12.9. Recurso	213
12.10. Absolvição sumária.....	214
12.11. Rejeição posterior da denúncia recebida	214
Jurisprudência	215
Questões.....	217

13. Ação civil ex delicto	218
Questões	223
14. Sujeitos processuais	224
14.1. Juiz penal	225
14.2. Prerrogativas e vedações	227
14.3. Ministério Público	228
14.4. Prerrogativas e vedações	229
14.5. Princípios – art. 127, § 1º, da Constituição Federal	230
14.5.1. Unidade e indivisibilidade	230
14.5.2. Independência	230
14.5.3. Autonomia funcional e administrativa (art. 127, § 2º, da CF/88)	231
14.6. Querelante	231
14.7. Acusado	231
14.8. Identificação	233
14.9. Presença, direito ao silêncio e revelia	234
14.10. Outras garantias fundamentais	236
14.11. Defensor	237
14.12. Defensor constituído	239
14.13. Defensor dativo	240
14.14. Curador	241
14.15. Assistente	241
14.16. Ministério Público e ação penal privada	242
14.17. Funções do assistente: natureza jurídica	245
14.18. Admissão	248
14.19. Atividades do assistente	249
14.20. Prazo para interpor recurso	253
Jurisprudência	254
Questões	255
15. Competência	256
15.1. Conceito de jurisdição	256
15.2. Origem etimológica da palavra “jurisdição”	257
15.3. Princípios da jurisdição	257
15.4. Características da jurisdição	257
15.5. Competência	258
15.6. Conceito de competência	258
15.7. Espécies de competência	258
15.8. Como saber qual o juízo competente?	259
15.9. Outros critérios para saber qual o juiz competente	276

15.10. Diferença entre competência material e competência funcional	277
15.11. Competência absoluta e relativa	278
15.12. Prorrogação de competência necessária e voluntária	278
15.13. Delegação de competência	279
15.14. Competência <i>ratione materiae</i> na Constituição Federal	279
15.15. Competência pelo lugar da infração: teoria adotada e regras especiais	280
15.16. Competência pelo domicílio ou residência do réu	282
15.17. Competência pela natureza da infração.....	282
15.17.1. Federalização das causas relativas a direitos humanos. Do incidente de deslocamento de competência (EC n. 45/2004).....	289
15.17.2. Do Tribunal Penal Internacional. Competência para julgar genocídio, crimes de guerra, contra a humanidade e de agressão (EC n. 45/2004).....	291
15.18. Competência por distribuição.....	292
15.19. Competência por conexão	292
15.19.1. Espécies de conexão.....	292
15.20. Competência por continência.....	293
15.21. Foro prevalente.....	294
15.22. Separação de processos	296
15.23. Competência por prevenção	297
15.24. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	298
Jurisprudência	299
Questões.....	305
 16. Prisão.....	 306
16.1. Introdução	306
16.1.1. Finalidade das novas regras da prisão provisória	306
16.1.2. Prisão provisória: imprescindibilidade.....	306
16.1.3. Hipóteses de prisão provisória: ser preso e permanecer preso	306
16.1.4. Caráter excepcional da prisão preventiva: restrição de hipóteses para seu cabimento e natureza subsidiária como providência cautelar	307
16.1.5. Revisão obrigatória de todos os casos de prisão provisória.....	307
16.1.6. Modificações operadas no instituto da fiança	308
16.1.7. Aplicação da lei processual penal no tempo	308
16.2. Conceito	308

16.3. Espécies de prisão	309
16.4. Mandado de prisão	313
16.5. Prisão em domicílio.....	314
16.6. Prisão em perseguição	315
16.7. Prisão fora do território do juiz.....	315
16.8. Custódia.....	315
16.9. Uso de algemas	316
16.10. Prisão especial.....	320
16.11. Prisão provisória domiciliar	322
16.12. Prisão em flagrante.....	322
16.12.1. Espécies de flagrante.....	322
16.12.2. Flagrante nas várias espécies de crimes.....	326
16.12.3. Sujeitos do flagrante.....	327
16.12.4. Auto de prisão em flagrante.....	329
16.12.5. Modificações operadas pela Lei n. 12.403/2011: re- flexos na prisão em flagrante	334
16.12.6. Relaxamento da prisão em flagrante pela própria au- toridade policial	335
16.12.7. Prisão em flagrante por apresentação espontânea	336
16.12.8. Audiência de custódia.....	337
16.13. Prisão preventiva	339
16.13.1. Conceito	339
16.13.2. Natureza	339
16.13.3. Presunção da inocência e prisão cautelar.....	340
16.13.4. Pressupostos para a prisão preventiva: <i>fumus boni iuris</i>	340
16.13.5. Requisitos para a prisão preventiva: <i>periculum in mora</i>	341
16.13.6. Hipóteses de cabimento da prisão preventiva	342
16.13.7. Momento para a decretação da prisão preventiva	343
16.13.8. Recurso contra a decisão que decretar a prisão pre- ventiva.....	344
16.13.9. Modalidades de prisão preventiva: autônoma; trans- formada ou convertida; e substitutiva ou subsidiária	344
16.13.10. Prisão preventiva domiciliar	346
16.13.11. Prisão preventiva, medidas cautelares e detração penal	348
16.13.12. Prazo para conclusão do inquérito policial no caso de indiciado preso	349
16.13.12.1. Termo inicial do prazo na hipótese de conversão do flagrante em preventiva	349
16.13.13. Conversão do flagrante em prisão preventiva, sem oferecimento da denúncia: possibilidade	350

16.13.14. Fundamentação	351
16.13.15. Revogação	351
16.13.16. Momentos processuais em que a prisão preventiva deverá ser necessariamente revista	351
16.14. Prisão temporária	352
16.15. Medidas cautelares	355
16.15.1. Pressupostos constitucionais: necessidade e ade- quação	355
16.15.2. Caráter subsidiário da preventiva: preponderância das medidas cautelares alternativas	357
16.15.3. Rol de medidas cautelares	357
16.15.4. Necessidade e adequação para as medidas caute- lares alternativas	358
16.15.5. Ressalvas legais	359
16.15.6. Decretação das medidas cautelares	359
16.15.7. Contraditório	360
16.15.8. Descumprimento das obrigações impostas: prisão preventiva é a <i>ultima ratio</i>	360
16.16. Liberdade provisória	360
16.16.1. Conceito	360
16.16.2. Espécies	361
16.16.3. Liberdade provisória sem a necessidade de recolhi- mento de fiança	362
16.16.4. Competência para a concessão	362
16.16.5. Recurso	362
16.16.6. Liberdade provisória com fiança	363
16.16.6.1. A liberdade provisória como regra	363
16.16.6.2. Conceito de fiança criminal	363
16.16.6.3. Natureza cautelar	363
16.16.6.4. Momento para concessão da fiança	364
16.16.6.5. Modalidades de fiança	364
16.16.6.6. Arbitramento da fiança: critérios para a concessão	364
16.16.6.7. Dispensa do pagamento em razão da situação econômica	364
16.16.6.8. Reforço da fiança	364
16.16.6.9. Obrigações processuais decorrentes da fiança	365
16.16.6.10. Momento e competência para a sua con- cessão	365
16.16.6.11. Prática de mais de um crime passível de fiança	365

16.16.6.12. Delito afiançável e existência de motivo para decretação da prisão preventiva ..	365
16.16.6.13. Quebramento da fiança	366
16.16.6.13.1. Efeitos do quebramento da fiança	366
16.16.6.14. Perdimento da fiança.....	366
16.16.6.15. Cassação da fiança	366
16.16.6.16. Infrações inafiançáveis	366
Jurisprudência	367
Questões	370
 17. Prova.....	 371
17.1. Conceito e objetivo	371
17.2. Objeto	371
17.2.1. Fatos que independem de prova	372
17.2.2. Fatos que dependem de prova	373
17.2.3. Prova do direito	373
17.3. Prova proibida	374
17.3.1. Conceito	374
17.3.2. Provas ilícitas por derivação e a teoria dos “frutos da árvore envenenada” (<i>fruits of the poisonous tree</i>). Princípio da proporcionalidade.....	376
17.3.3. Provas ilícitas e a Lei n. 11.690/2008	382
17.3.4. Provas ilícitas e a inviolabilidade do sigilo das comunicações. Comunicação por carta e telegráfica	386
17.3.5. Provas ilícitas e a inviolabilidade do sigilo das comunicações. Comunicações telefônicas	387
17.3.6. Inviolabilidade do sigilo das comunicações. Comunicações telefônicas. Interceptação. Requisitos legais constantes da Lei n. 9.296/96	396
17.3.7. Provas ilícitas e a quebra do sigilo bancário e fiscal .	404
17.4. Classificação das provas	406
17.5. Meios de prova	407
17.6. Ônus da prova	409
17.6.1. Procedimento probatório	410
17.6.2. Prova emprestada	411
17.6.3. O álibi	411
17.7. Sistemas de apreciação	412
17.8. Princípios gerais das provas.....	413
17.9. A providência cautelar da busca e apreensão.....	414
17.9.1. Natureza jurídica	414
17.9.2. Objeto	414

17.9.3. Busca em repartição pública	415
17.9.4. Busca domiciliar	415
17.9.4.1. Restrição	417
17.9.4.2. Horário	417
17.9.4.3. Requisitos	417
17.9.5. Busca pessoal	417
17.9.5.1. Requisitos	417
17.9.5.2. Restrições	417
17.9.6. Da apreensão	417
17.10. Das perícias	418
17.10.1. Conceito	418
17.10.1.1. Natureza jurídica	418
17.10.1.2. Requisitos	418
17.10.1.3. Determinação das perícias	419
17.10.1.4. Espécies de perícias	419
17.10.1.5. Do procedimento da perícia	420
17.10.1.6. Laudo pericial	421
17.10.2. Do exame de corpo de delito	421
17.10.2.1. Conceito	421
17.10.2.2. Distinção entre corpo de delito e exame de corpo de delito	422
17.10.2.3. Distinção entre exame de corpo de de- lito direto e indireto	422
17.10.2.4. Indispensabilidade do exame de corpo de delito	422
17.10.2.5. Impossibilidade do exame de corpo de delito direto em infração que deixa ves- tígio	422
17.10.2.6. Espécies	423
17.10.3. Perito	423
17.10.3.1. Conceito	423
17.10.3.2. Espécies	424
17.10.3.3. Impedimentos	424
17.10.4. Perícia psiquiátrica	424
17.10.5. Questões polêmicas	424
17.11. Interrogatório	426
17.11.1. Conceito	426
17.11.2. Natureza	426
17.11.3. Alterações promovidas pela Lei n. 11.719/2008 ...	429
17.11.4. Características	430
17.11.5. Ausência de interrogatório no curso da ação	433
17.11.6. Princípio da identidade física do juiz	433

17.11.7.	Interrogatório por videoconferência.....	435
17.11.8.	Silêncio e mentira do réu	439
17.11.9.	Espécies de interrogatório	440
17.11.10.	Revel	440
17.11.11.	O conteúdo do interrogatório	441
17.12.	Confissão. Conceito. Fatores determinantes.....	442
17.12.1.	Espécies de confissão.....	442
17.12.2.	Valor probante da confissão	443
17.12.3.	Características da confissão (CPP, art. 200).....	443
17.12.4.	Confissão ficta	444
17.12.5.	Delação	444
Jurisprudência		444
17.13.	Prova testemunhal ou testemunha	445
17.13.1.	Conceito	445
17.13.2.	Características da prova testemunhal	445
17.13.3.	Características das testemunhas	446
17.13.4.	Dispensas e proibições.....	447
17.13.5.	Testemunha suspeita. Conceito e distinções	448
17.13.6.	Causas de suspeição.....	448
17.13.7.	Contradita.....	449
17.13.8.	Número de testemunhas	449
17.13.9.	Classificação das testemunhas	449
17.13.10.	Deveres da testemunha	450
17.13.11.	Procedimento	451
17.13.12.	Termo	453
17.13.13.	Sistema de exame judicial	453
17.13.14.	Depoimento infantil	454
17.13.15.	Testemunho de policiais	454
17.13.16.	Incomunicabilidade.....	454
17.13.17.	Falso testemunho (art. 342 do CP)	455
17.13.18.	Lugar do depoimento	456
17.13.19.	Precatórias	456
17.13.20.	Militares e funcionários	458
17.13.21.	Ofendido	458
17.13.22.	Questões polêmicas	460
17.14.	Reconhecimento de pessoas e coisas (arts. 226 a 228).....	461
17.14.1.	Definição e elementos	461
17.14.2.	Natureza jurídica	461
17.14.3.	Reconhecimento de pessoas	461
17.14.4.	Reconhecimento de coisas	463
17.15.	Acareação. Pressupostos	463

17.16. Documentos	464
17.16.1. Conceito legal	464
17.16.2. Função do documento.....	465
17.16.3. Produção.....	465
17.16.4. Limitação da produção de prova documental	465
17.16.5. Autor do documento	465
17.16.6. Meio de formação do documento	466
17.16.7. Conteúdo do documento	466
17.16.8. Autenticidade.....	467
17.16.9. Classificação geral dos documentos.....	467
17.16.10. Documento e instrumento.....	468
17.16.11. Instrumento público. Classificação. Eficácia	468
17.16.12. Instrumento particular.....	470
17.16.13. Força probante dos documentos particulares assi- nados.....	470
17.16.13.1. Da autenticidade dos documentos par- ticulares e seus efeitos.....	470
17.16.13.2. Prova da data dos documentos particu- lares	471
17.16.14. Força probante do telegrama, radiograma e outros meios de transmissão.....	471
17.16.15. Força probante das reproduções mecânicas.....	471
17.16.16. Força probante dos documentos não assinados....	471
17.16.17. Originais e cópias	472
17.16.18. Admissão de documento	473
17.16.19. Desentranhamento de documentos.....	473
17.16.20. Vícios dos documentos.....	474
17.16.21. Falsidade e incidente	474
17.17. Indícios e presunções	475
17.17.1. Definições	475
17.17.2. Natureza jurídica	475
17.17.3. Valor probante	475
17.18. Prova de fora da terra	476
17.19. Prova antecipada	476
17.20. Prova emprestada	476
17.21. Delação. Definição, natureza e valor.....	477
Jurisprudência	478
Questões.....	480
 18. Das questões e processos incidentes.....	 481
18.1. Compreensão do tema	481

18.1.1.	Definição de prejudicialidade.....	482
18.1.2.	Elementos essenciais da prejudicialidade.....	482
18.1.3.	Classificação.....	482
18.1.4.	Sistemas de solução.....	485
18.1.5.	Prejudicial e prescrição	485
18.1.6.	Efeito	485
18.1.7.	Recurso contra despacho que suspende a ação	485
18.1.8.	Diferença entre questão prejudicial e questão preliminar	486
18.2.	As exceções	486
18.2.1.	Conceito	486
18.2.2.	Compreensão do tema.....	487
18.2.3.	Espécies	487
18.2.4.	Classificação tradicional	487
18.2.5.	Suspeição	488
18.2.5.1.	Processamento	489
18.2.5.2.	Requisitos da exceção	490
18.2.5.3.	Procedimento perante o juiz suspeito.....	490
18.2.5.4.	Procedimento perante o tribunal.....	491
18.2.5.5.	Contra quem pode ser alegada a suspeição?	491
18.2.5.6.	Cabe exceção de suspeição contra autoridades policiais?	492
18.2.5.7.	Efeitos da suspeição	492
18.2.5.8.	Existe recurso contra reconhecimento espontâneo de suspeição?.....	492
18.2.6.	Incompetência de juízo. Procedimento	492
18.2.7.	Litispendência.....	494
18.2.7.1.	Elementos que identificam a demanda, impedindo a litispendência	494
18.2.7.2.	Recursos.....	494
18.2.8.	Ilegitimidade de parte.....	495
18.2.8.1.	Ilegitimidade <i>ad processum</i> ou <i>ad causam</i> .	495
18.2.8.2.	Efeitos do reconhecimento.....	496
18.2.8.3.	Recursos.....	496
18.2.8.4.	Procedimento	496
18.2.9.	Coisa julgada.....	496
18.2.9.1.	Distinção entre coisa julgada formal e coisa julgada material.....	496
18.2.9.2.	História	497
18.2.9.3.	Teorias	498
18.2.9.4.	Função	499

18.2.9.5. Natureza jurídica	499
18.2.9.6. Cabimento da exceção de coisa julgada ..	500
18.2.9.7. Rito	501
18.2.9.8. Fases.....	501
18.2.9.9. A coisa julgada no crime continuado e no concurso de agentes.....	501
18.2.10. Impedimentos do Ministério Público e órgãos auxi- liares	501
18.2.11. Conflito de jurisdição.....	502
18.2.11.1. Conceito e espécies.....	502
18.2.11.2. Conflito de atribuições	502
18.2.11.3. Processamento.....	503
18.2.11.4. Competência para julgar	504
Jurisprudência	504
18.2.12. Restituição de coisas apreendidas.....	507
18.2.12.1. Restituição: objetos restituíveis, opor- tunidade, procedimento	508
18.2.12.2. Coisas restituíveis e não restituíveis. Instrumentos do crime	508
18.2.12.3. Apreensão na hipótese do art. 19 da LCP..	509
18.2.12.4. Produtos diretos e indiretos do crime	510
18.2.12.5. Restituição feita pela autoridade policial ..	511
18.2.12.6. Restituição feita pelo juiz criminal.....	511
18.2.12.7. Direito de terceiro de boa-fé	512
18.2.12.8. Restituição de coisas facilmente deterio- ráveis.....	512
18.2.12.9. Coisas adquiridas com os proventos do crime.....	513
18.2.12.10. Destino dos objetos apreendidos	514
18.2.12.11. Coisas apreendidas em face de descami- nho ou contrabando.....	516
18.2.12.12. E quando o instrumento do crime for arma de fogo?	517
18.2.12.13. Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006)	519
18.2.13. Medidas assecuratórias	523
18.2.13.1. Considerações iniciais.....	523
18.2.13.1.1. O papel da vítima	523
18.2.13.1.2. O processo reparatório.....	523
18.2.13.2. Medidas assecuratórias.....	524
18.2.13.2.1. O sequestro previsto nos arts. 125 e 132 do CPP	525
18.2.13.2.2. Requisitos para o sequestro	526

18.2.13.2.3. Competência.....	526
18.2.13.2.4. Recurso.....	527
18.2.13.2.5. Procedimento.....	527
18.2.13.2.6. Embargos ao sequestro	527
18.2.13.2.7. Competência para julgar os em- bargos.....	527
18.2.13.2.8. Levantamento do sequestro	527
18.2.13.2.9. Leilão e depósito	528
18.2.13.3. Hipoteca legal.....	528
18.2.13.3.1. Classificação.....	529
18.2.13.3.2. Oportunidade	529
18.2.13.3.3. Pressupostos	529
18.2.13.3.4. Finalidades	530
18.2.13.3.5. Liquidação.....	530
18.2.13.4. O arresto previsto no art. 137 do CPP .	530
18.2.13.4.1. Oportunidade	531
18.2.13.4.2. Pressupostos	531
18.2.13.5. Relação das medidas confiscatórias no processo penal e dispositivos correlatos do direito penal.....	531
18.2.14. Incidente de falsidade	532
18.2.14.1. Processamento.....	532
18.2.14.2. Efeitos.....	533
18.2.15. Incidente de insanidade mental do acusado. Pro- cedimento	533
Jurisprudência	534
Questões	535
 19. Sentença	 536
19.1. Breve histórico.....	536
19.2. Natureza jurídica	537
19.3. Classificação das decisões.....	537
19.4. Conceito de sentença em sentido estrito	538
19.4.1. Classificação das sentenças em sentido estrito	538
19.4.2. Requisitos formais da sentença.....	539
19.4.3. Sentença suicida.....	540
19.4.4. Embargos declaratórios.....	540
19.4.4.1. Requisitos para a oposição dos embarginhos ..	541
19.4.5. Efeitos da sentença.....	541
19.4.6. Princípio da correlação	542
19.4.7. <i>Emendatio libelli</i>	542

19.4.8. <i>Mutatio libelli</i>	543
19.4.8.1. <i>Mutatio libelli</i> após a Lei n. 11.719/2008	544
19.5. Sentença absolutória	546
19.5.1. Efeitos da sentença absolutória	547
19.6. Sentença condenatória	548
19.6.1. Efeitos da sentença condenatória	548
19.6.2. Publicação	550
19.6.3. Inalterabilidade ou retificação da sentença	550
19.6.4. Intimação da sentença (arts. 390 a 392 do CPP)	550
19.6.5. Taxa judiciária	552
19.6.6. Detração penal na sentença penal condenatória	552
19.7. Crise da instância	554
Jurisprudência	554
Questões	556
 20. Dos processos em espécie	 557
20.1. Processo e procedimento	557
20.1.1. Definição de processo	557
20.1.2. Sistemas processuais	557
20.1.3. Características do sistema acusatório	557
20.1.4. Pressupostos de existência da relação processual	558
20.1.5. Pressupostos de validade da relação processual	558
20.1.6. Distinção entre processo e procedimento	558
20.1.7. Da reformulação dos procedimentos operada pelas Leis n. 11.689/2008 e 11.719/2008	558
20.1.7.1. Noções introdutórias	558
20.1.7.2. Procedimento comum. Âmbito de incidência ...	560
20.2. Procedimento ordinário	562
20.2.1. Início da instrução	563
20.2.1.1. Defesa inicial e absolvição sumária	563
20.2.2. Audiência de instrução e julgamento	568
20.3. Procedimento sumário	573
20.3.1. Introdução	573
20.3.1.1. Procedimento judicialiforme foi revogado	574
20.3.1.2. Procedimentos <i>ex officio</i> instaurados antes da Constituição Federal de 1988	574
20.3.1.3. Rito procedimental	574
20.4. Da citação	578
20.4.1. Conceito	578
20.4.2. Quem determina a citação	578
20.4.3. Falta de citação	578

20.4.4. Hipóteses de conhecimento da imputação antes mesmo da citação.....	579
20.4.5. Efeitos da citação válida.....	580
20.4.6. Consequências do não atendimento à citação.....	580
20.4.7. Classificação.....	581
20.4.8. Da citação por mandado.....	581
20.4.8.1. Requisitos intrínsecos da citação por mandado	581
20.4.8.2. Requisitos extrínsecos da citação por mandado	582
20.4.8.3. Dia e hora da citação	582
20.4.9. Citação por carta precatória	582
20.4.9.1. Requisitos intrínsecos da citação por carta precatória	583
20.4.9.2. Caráter itinerante da carta precatória	583
20.4.9.3. Interrogatório por carta precatória.....	583
20.4.10. Citação do militar	583
20.4.11. Citação do preso.....	584
20.4.12. Citação do funcionário público.....	584
20.4.13. Réu no estrangeiro	585
20.4.14. Citação por carta de ordem	585
20.4.15. Citação por edital.....	586
20.4.15.1. Pressuposto da citação por edital	586
20.4.15.2. Hipóteses legais de citação por edital	586
20.4.15.3. Prazo do edital.....	586
20.4.15.4. Requisitos da citação por edital.....	588
20.4.15.5. Formalidades extrínsecas à citação por edital ..	588
20.4.16. “Citação circunduta”	589
20.4.17. Inovações introduzidas pela Lei n. 9.271/96.....	589
20.4.17.1. Principais questões decorrentes da atual lei	590
20.5. Intimação	594
20.5.1. Definição.....	594
20.5.2. Distinção entre intimação e notificação	594
20.5.3. Regra geral.....	594
20.5.4. Publicação	594
20.5.5. Regras especiais	595
Jurisprudência	598
20.6. Procedimento sumaríssimo (Leis n. 9.099/95 e 10.259/2001)	602
20.6.1. Introdução.....	602
20.6.2. Âmbito de incidência: alteração do conceito de menor potencial ofensivo	604
20.6.3. Regras especiais.....	604
20.6.4. Procedimento sumaríssimo	611

20.6.4.1.	Fase preliminar e transação penal	611
20.6.4.2.	Fase processual	618
20.6.4.3.	Suspensão condicional do processo.....	624
20.6.5.	Questões finais	627
20.6.5.1.	Suspensão condicional do processo.....	627
20.6.5.2.	Representação do ofendido.....	629
20.6.5.3.	Desclassificação para infração de menor potencial ofensivo.....	630
20.6.5.4.	Descumprimento da pena restritiva de direitos na transação penal.....	630
20.6.5.5.	Não pagamento da pena de multa na transação penal	630
20.6.5.6.	Da violência doméstica e familiar contra a mulher e da Lei dos Juizados Especiais Criminais	631
20.7.	Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal	635
20.7.1.	Procedimento dos crimes falimentares.....	635
20.7.1.1.	Inquérito judicial	636
20.7.1.2.	Recebimento da denúncia. Motivação.	636
20.7.1.3.	Competência	636
20.7.1.4.	Rito	637
20.7.1.5.	Natureza jurídica da sentença que decreta a falência, concede a recuperação judicial ou extrajudicial	637
20.7.1.6.	Cientificação do MP e prazo para a propositura da ação penal	638
20.7.1.7.	Relatório	638
20.7.1.8.	Ação penal.....	638
20.7.1.9.	Efeitos da condenação.....	639
20.7.1.10.	Prescrição	639
20.7.2.	Procedimento dos crimes contra a honra.....	639
20.7.2.1.	Introdução.....	639
20.7.2.2.	Procedimento.....	641
20.7.2.3.	Do pedido de explicações. Procedimento	644
20.7.3.	Procedimento dos crimes funcionais	645
20.7.3.1.	Introdução.....	645
20.7.3.2.	Procedimento	645
20.7.4.	Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial	646
20.7.4.1.	Introdução.....	646
Jurisprudência		648

20.8.	Procedimento de competência do Júri popular	650
20.8.1.	Breve histórico.....	650
20.8.2.	Organização do Júri	652
20.8.3.	Soberania dos veredictos	654
20.8.4.	Rito escalonado	654
20.8.4.1.	<i>Judicium accusationis</i>	654
20.8.4.2.	<i>Judicium causae</i>	662
20.8.4.2.1.	Libelo: extinção pela Lei n. 11.689/2008	662
20.8.4.2.2.	Desaforamento.....	663
20.8.4.2.3.	Instalação da sessão	664
20.8.4.2.4.	Formação do conselho de sentença	666
20.8.4.2.5.	Atos instrutórios	667
20.8.4.2.6.	Debates.....	668
20.8.4.2.7.	Provas novas	669
20.8.4.2.8.	Formulação dos quesitos.....	670
20.8.4.2.9.	Votação	672
20.8.4.2.10.	Sentença.....	673
20.8.4.2.11.	Ata do julgamento	673
20.8.4.2.12.	Atribuições do juiz-presidente	673
20.8.5.	Questões finais específicas sobre Júri	674
20.8.5.1.	Exame de insanidade mental.....	674
20.8.5.2.	Conferência da urna	674
20.8.5.3.	Número mínimo de jurados	674
20.8.5.4.	Momento de arguir as nulidades	675
20.8.5.5.	Autor principal e partícipe.....	675
20.8.5.6.	Incomunicabilidade entre jurados.....	675
20.8.5.7.	Juiz togado que abandona plenário	675
20.8.5.8.	Recusa ou aceitação de jurados.....	675
20.8.5.9.	Compromisso dos jurados	675
20.8.5.10.	Interrogatório. Nulidades.....	675
20.8.5.11.	Cópias aos jurados	676
20.8.5.12.	Testemunhas	676
20.8.5.13.	Testemunhas. Pergunta direta	676
20.8.5.14.	Acareação	677
20.8.5.15.	Dispensa de testemunhas	677
20.8.5.16.	Testemunhas residentes fora da comarca	677
20.8.5.17.	Testemunha que não comparece	678
20.8.5.18.	Depoimento pessoal.....	678
20.8.5.19.	Debates	678
20.8.5.20.	Réplica e tréplica	678
20.8.5.21.	Apartes	678

20.8.5.22. Intervenção dos jurados.....	679
20.8.5.23. Reinquirição de testemunha.....	679
20.8.5.24. Dissolução do conselho	679
20.8.5.25. Esclarecimento do juiz aos jurados na hora de votar	679
20.8.5.26. Leitura dos quesitos.....	679
20.8.5.27. Sala secreta	679
20.8.5.28. Contradição nas respostas	680
20.8.5.29. Desclassificação pelo Júri.....	681
20.8.5.30. Desclassificação e crimes conexos	681
20.8.5.31. Algemas no réu durante o julgamento	682
20.8.5.32. Formulação de questões na antiga sis- temática do Código de Processo Penal	682
20.9. Procedimento criminal dos crimes de drogas	683
20.9.1. Lei n. 11.343/2006	683
20.9.2. Procedimento esquemático.....	684
20.9.2.1. Na polícia	684
20.9.2.2. Em juízo	685
20.10. Da informatização do processo judicial (Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006)	688
Jurisprudência	690
Questões	695
21. Nulidades	696
21.1. Quadro comparativo dos vícios processuais	699
21.2. Princípios básicos das nulidades	702
21.2.1. Princípio do prejuízo	702
21.2.2. Princípio da instrumentalidade das formas ou da economia processual	703
21.2.3. Princípio da causalidade ou da sequencialidade ...	703
21.2.4. Princípio do interesse.....	704
21.2.5. Princípio da convalidação.....	704
21.2.6. Princípio da não preclusão e do pronunciamento <i>ex officio</i>	705
21.3. Nulidades em espécie	706
21.4. Momento oportuno para a arguição das nulidades relativas	735
Jurisprudência	737
Questões	739
22. Recursos.....	740
22.1. Conceito. Origem	740

22.2.	Fundamentos.....	741
22.3.	Pressupostos processuais	742
22.3.1.	Pressupostos objetivos.....	742
22.3.2.	Pressupostos subjetivos	752
22.4.	Interposição	755
22.5.	Efeitos	758
22.6.	Extinção	760
22.7.	Apelação	760
22.7.1.	Origem etimológica	760
22.7.2.	Conceito	760
22.7.3.	Características	760
22.7.4.	Apelação plena e limitada	761
22.7.5.	Legitimidade e interesse.....	764
22.7.6.	Apelação subsidiária do apelo oficial	765
22.7.7.	Prazo da apelação do assistente da acusação	766
22.7.8.	Renúncia e desistência	767
22.7.9.	Cabimento da apelação nas sentenças do juiz singular	768
22.7.10.	Apelação das decisões do Júri	769
22.7.11.	Prazo.....	771
22.7.12.	Processamento.....	773
22.7.13.	Liberdade provisória.....	775
22.7.14.	Apelação sumária	776
22.7.15.	Apelação ordinária	776
22.7.16.	Deserção	776
22.7.17.	Efeitos	776
22.7.18.	<i>Reformatio in pejus</i>	776
22.7.19.	<i>Reformatio in pejus</i> indireta.....	777
22.7.20.	<i>Reformatio in mellius</i>	778
Jurisprudência		778
22.8.	Recurso em sentido estrito	780
22.8.1.	Conceito	780
22.8.2.	Cabimento	781
22.8.3.	Competência para o julgamento	793
22.8.4.	Prazos	793
22.8.5.	Processamento.....	793
22.8.6.	Efeitos	794
Jurisprudência		795
22.9.	Protesto por novo Júri	797
22.9.1.	Conceito	797
Jurisprudência		797

22.10. Carta testemunhável	798
22.10.1. Conceito	798
22.10.2. Origem histórica	799
22.10.3. Natureza jurídica	799
22.10.4. Procedimento	800
Jurisprudência	800
22.11. Correição parcial.....	801
22.11.1. Conceito	801
22.11.2. Natureza jurídica	801
22.11.3. Previsão legal	801
22.11.4. Legitimidade ativa	802
22.11.5. Objeto do recurso	802
22.11.6. Processamento	802
22.12. Embargos infringentes.....	803
22.12.1. Conceito	803
22.12.2. Prazo	803
22.12.3. Cabimento	803
22.12.4. Procedimento	804
Jurisprudência	805
22.13. Embargos declaratórios	806
22.13.1. Conceito	806
22.13.2. Natureza jurídica	806
22.13.3. Prazo	806
22.13.4. Pressupostos.....	807
22.13.5. Legitimidade	807
22.13.6. Embarguinhos	807
22.13.7. Efeito suspensivo	807
Jurisprudência	808
22.14. Revisão criminal	808
22.14.1. Conceito	808
22.14.2. Origem histórica	809
22.14.3. Natureza jurídica	810
22.14.4. Legitimidade.....	810
22.14.5. Prazo	811
22.14.6. Cabimento	811
22.14.7. Admissibilidade	813
22.14.8. Competência	813
22.14.9. Processamento	813
Jurisprudência	815
22.15. <i>Habeas corpus</i>	816
22.15.1. Origem histórica do <i>habeas corpus</i> no mundo ...	816

22.15.2. Origem do <i>habeas corpus</i> no Brasil	817
22.15.3. Conceito	819
22.15.4. Natureza jurídica	819
22.15.5. Espécies	819
22.15.6. Legitimidade ativa	819
22.15.7. Legitimidade passiva	820
22.15.8. Admissibilidade	820
22.15.9. Competência.....	823
22.15.10. Impetração	825
22.15.11. Processamento	826
22.15.12. Julgamento e efeitos	827
22.15.13. Recursos	827
Jurisprudência	827
22.16. Mandado de segurança em matéria criminal.....	830
22.16.1. Conceito	830
22.16.2. Admissibilidade	830
22.16.3. Legitimidade ativa	831
22.16.4. Legitimidade passiva	832
22.16.5. Competência.....	833
22.16.6. Procedimento	834
Jurisprudência	838
22.17. Recurso extraordinário	839
22.17.1. Conceito, natureza jurídica e finalidade	839
22.17.2. Condições de admissibilidade	841
22.17.2.1. Repercussão geral das questões constitu- cionais – EC n. 45/2004	845
22.17.3. Legitimidade	847
22.17.4. Interposição e processamento	848
22.17.4.1. Efeito suspensivo	850
22.17.5. Súmula vinculante	853
22.17.5.1. Jurisprudência e súmula. Distinção	853
22.17.5.2. Súmula vinculante. Previsão legal	853
22.17.5.3. Competência para aprovar a súmula vin- culante.....	854
22.17.5.4. Requisitos para aprovar, rever ou cancelar súmula vinculante	854
22.17.5.5. Publicação.....	854
22.17.5.6. Restrição dos efeitos da súmula vinculante.	854
22.17.5.7. Legitimados para provocar a aprovação, re- visão e cancelamento da súmula vinculante	855
22.17.5.8. Procedimento	855

